

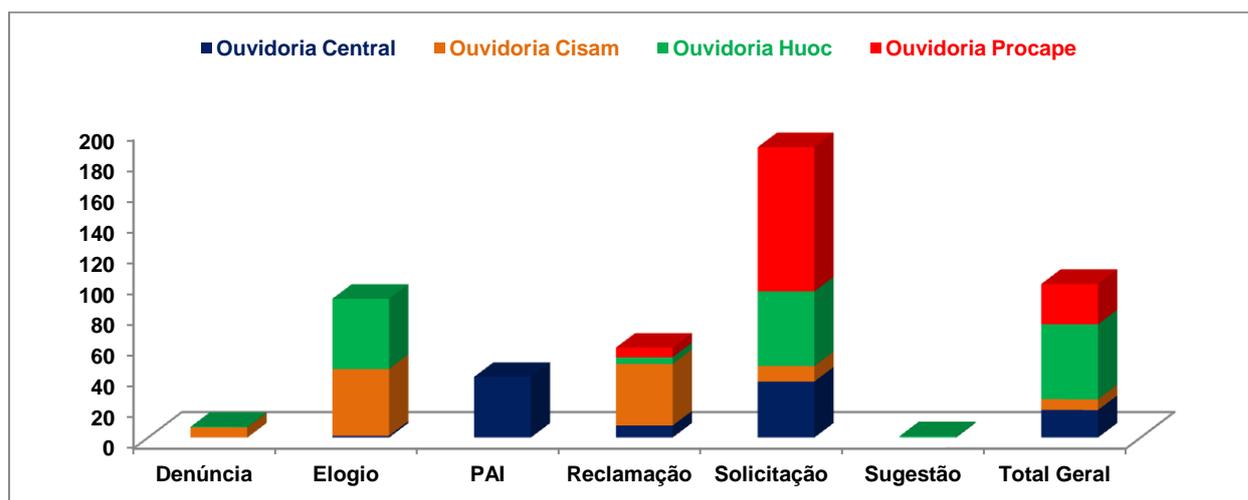
Relatório anual em observância a Lei 16.420/2018, Art. 16, II.

1. Quadro: Demonstrativo Natureza das Manifestações\Abril 2023

Natureza	Denúncia		Elogio		Pedido de Acesso à Informação/ LAI		Reclamação		Solicitação		Sugestão		Total Geral por Ouvidoria	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Ouvidoria Central	11	14,4	1	1,2	30	39,4	6	7,8	28	36,4	-	-	76	17,9
Ouvidoria CISAM	2	6,6	13	43,3	-	-	12	40	3	10	-	-	30	7,0
Ouvidoria HUOC	1	0,4	94	45,6	-	-	9	4,3	100	48,5	2	0,9	206	48,6
Ouvidoria PROCAPE	-	-	-	-	-	-	7	6,3	104	93,6	-	-	111	26,2
TOTAL GERAL	14	3,3	108	25,5	30	7,0	34	8,0	235	55,5	2	0,4	423	100

Fonte: Sistema Gcon\Rede Ouvidorias do Estado de Pernambuco\ATI – Quadro Ouvidoria Central

1.1 Gráfico: Demonstrativo Manifestações Abril \2023



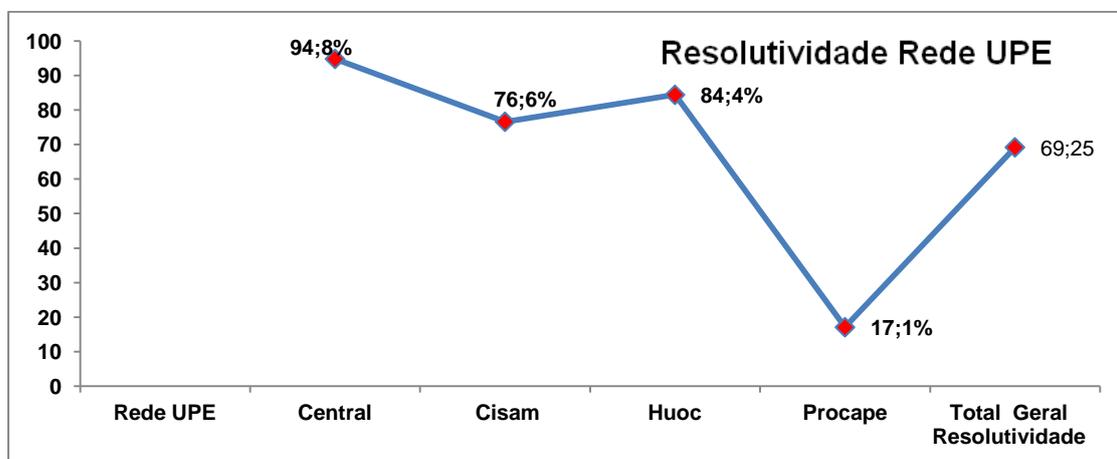
Fonte: Sistema Gcon\Rede de Ouvidorias do Estado de Pernambuco Gráfico Ouvidoria Central UPE

2. Quadro: Demonstrativo da Resolutividade das Manifestações Abril \2023

Rede Ouvidorias	Total das Manifestações	Concluídas no Prazo	%
Central	76	73	94,8
CISAM	30	23	76,6
HUOC	206	178	86,4
PROCAPE	111	19	17,1
Total	423	293	69,2

Fonte: Sistema Gcon\Rede Ouvidorias do Estado de Pernambuco\ATI – Quadro Ouvidoria Central UPE

2.2 Gráfico Demonstrativo Resolutividade Abril\2023



2.1 Fonte: Sistema Gcon \Rede de Ouvidorias do Estado de Pernambuco Gráfico Ouvidoria Central UPE

Manifestações Recorrentes e Pedidos de Acesso à Informação\PAI

Abril\2023

Ouvidoria	Assunto	Teor	Providências\Encaminhamentos	Obs
	Pedido de	Quantitativos Engenheiros	Autoridade Administrativa\LAI	Reincidentes
		Quantitativos Docentes		
		Quantitativos Docentes Temporários		
		Quantitativo de Docentes Efetivos e Contratados		
		Docentes Auxiliares (Temporários/Substitutos)		

Ouvidoria Central UPE	Acesso à Informação/PAI	Docentes tipos de contrato e duração de contrato dos professores temporários e professores cedidos da Universidade de Pernambuco		Nesse mês tivemos dois recursos a primeira instância e um recurso à segunda instância
		Recurso de 1ª Instância		
		PERFIL DE ATUAÇÃO: ENSINO BÁSICO DAS ENGENHARIAS - MATEMÁTICA SUPERIOR, CAMPUS ESCOLA POLITÉCNICA (POLI/BENFICA),		
	Denúncia	Docente	Campus Petrolina	Reincidente
		Concurso 2017	Coordenação Recursos Humanos	
		Mau Atendimento Médico	Ouvidoria CISAM	
		Assédio Moral	Campus Petrolina	
		Constrangimentos Discentes	Campus Benfica	
	Elogio	Ouvidoria Central e Atendimento do Campus Garanhuns	GAB R e Direção Campus Garanhuns	
	Reclamação	Descumprimento Carga Horária	Coordenação de Recursos Humanos	
		Concurso 2017	Coordenação de Recursos Humanos	
		Nomeações Docentes Concursados	Coordenação de Recursos Humanos	
		Docente	Campus Benfica	
	Solicitação	Passes Cotistas; Informações sobre a LGPD; REQUERIMENTO Câmara Municipal Santa Cruz do Capibaribe; Concurso UPE 2017; Concurso Docente; Remoção Docente; Docentes Temporários; Cópia Termo Compromisso Estágio; Disciplinas	Diversos Setores e Campus	

		Ministradas por Docentes		
CISAM	Denúncia	Não Permissão para Acompanhamento Parto	Diretoria	Reincidente
	Elogio	Satisfação ao Atendimento: Arquivo; Marcação Consultas; Coleta; Laboratório Mulher; Odontologia.	Diversos Setores	
	Reclamação	Conduta Médica	Diretoria	Reincidente
		Dificuldades Marcação Consultas	Setor NUTES	
		Mau Atendimento Profissional	Setor de Serviço Social	
		Atraso Coleta Exames	Setor Laboratório	
		Demora na Coleta de Exames	Setor Laboratório	
Atraso Médico	Setor Coordenação Médica	Reincidente		
Solicitação	Dificuldade Marcação Consulta Retorno; Dificuldade em Reagendar Cirurgia	Diversos Setores	Reincidente	
	Elogios	Tratamento Dispensado	Setor Acolhimento	
	Denúncia	Destrato Usuário	Setor Gestão Executiva	
	Reclamação	Destrato Paciente Farmácia	Ouvidoria do HUOC	
		Mau Atendimento Farmácia	Gestora Executiva	
		Mau Atendimento	Setor de Mastologia	
		Demora na Execução de Procedimentos	Gestão Executiva	
		Demora Atendimento Instituto do Fígado	Ouvidoria do HUOC	
Exames Cancelados	Setor Marcação de Consultas			

HUOC		Dificuldade de Informações a Pacientes por Terceirizados	Ouvidoria do HUOC	
	Solicitação	Dificuldades de Realização de Procedimentos e Cirurgias; dificuldades de Marcação de Consultas , Exames e Procedimentos; Prontuário não Encontrado; Demora na Entrega de Exames; Mau Atendimento; Dificuldades de Atendimentos Médicos em Diversas Especialidades	Diversos Setores	Reincidentes
PROCAPE	Reclamação	Assédio Moral	Coordenadoria Enfermagem	Reincidentes
		Falta Higienização	Setor Serviços Gerais	
		Demora Marcação Consulta	Setor Ouvidoria	
		Não Comparecimento Médico para Atendimento	Setor Marcação de Consultas	
	Solicitação	Dificuldades Marcação da 1ª Consulta, Consulta de Retorno e Consulta Extra; Revisão, Avaliação e Implantação de Marca passos; Dificuldade de Marcação de Diversos Exames e Procedimentos; Troca de Médico; Exames e Procedimentos não Realizados.	Diversos Setores	Reincidentes

A Ouvidoria Central recebeu demandas direcionadas a todo o Campus Acadêmico e Complexo Hospitalar, como também direcionadas às Pró-Reitorias, Coordenadorias, IAUPE. Demandas de Natureza: Denúncia, Elogio, Reclamação, Solicitação e Sugestão.

4. Quadro das Legislações Vigentes

Legislação	Vigência	Regula	Obs:
Decreto Estadual Número 32.476/2008	14/10/2008	Dispõe sobre a criação da Ouvidoria Geral do Estado, e dá outras providências.	
Lei Federal Número 12.527/11	18/11/2011	Art. 1º Esta Lei dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º , no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal .	
DECRETO Nº 7.724	16/05/2012	Regulamenta a Lei nº 12.527 , de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição.	
Lei Estadual Número 14.804/12	29/10/2012	Fica garantido o direito fundamental de acesso às informações, no âmbito do Poder Executivo Estadual, consoante normas gerais disciplinadas na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.	
Decreto Estadual Número 38.787/12	30/10/2012	Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Estadual, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo, conforme o disposto na Lei no 14.804, de 29 de outubro de 2012, que regula o acesso a informações, previsto no inciso XXXIII do caput do artigo 50, no inciso II do § 30 do artigo 37 e no § 20 do artigo 216, todos da Constituição Federal.	
Lei Federal Número 13.460/12	26/06/2012	Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.	Capítulo 4 das Ouvidorias
Portaria 060/16	30/11/2016	<p>I – responder as manifestações a eles direcionadas em até 12 (doze) dias;</p> <p>II – retornar as manifestações à Ouvidoria em até 2 (dois) dias, quando as mesmas não forem da sua competência, indicando, caso seja do seu conhecimento, o setor ou órgão competente;</p>	

<p>Lei Federal Número 13.709\18</p>	<p>14\08\2018</p>	<p>Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).</p>	<p>O artigo 4º é de suma importância no que toca ao tratamento de dados realizado pela Administração Pública, especialmente no que diz respeito ao seu inciso III, visto que afasta a incidência da LGPD quando o tratamento de dados pessoais for realizado para fins exclusivos de: a) Segurança pública; b) Defesa nacional; c) Segurança do Estado ou d) Atividades de investigação e repressão e infrações penais.</p>
<p>Lei Estadual Número 16.420\18</p>	<p>17\09\2018</p>	<p>Esta Lei estabelece normas básicas para participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela administração pública estadual.</p>	<p>Capítulo 5 das Duvidorias</p>
<p>Resolução anonimato número 3</p>	<p>13/09/2019</p>	<p>Aprova a Resolução sobre medidas gerais de salvaguarda à identidade do denunciante</p>	
<p>DECRETO FEDERAL NÚMERO 10.474\20</p>	<p>26\08\2020</p>	<p>Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, na forma dos Anexos I e II.</p>	
<p>DECRETO ESTADUAL Nº 49.265\20</p>	<p>06\08\2020</p>	<p>Institui a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais do Poder Executivo Estadual em consonância com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).</p>	
<p>PORTARIA ESTADUAL NÚMERO 032\20 SECRETARIA DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO PE</p>	<p>02\09\2020</p>	<p>Dispõe sobre o Pedido Sigiloso de Acesso à Informação.</p>	
<p>PORTARIA ESTADUAL NÚMERO 033\21 SECRETARIA DA CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO PE</p>	<p>11\07\2021</p>	<p>Procedimentos e modelos, de forma a padronizar o cumprimento do disposto Capítulo IV, do Decreto nº 49.265, de 06 de agosto de 2020, bem como a apuração de indicadores de atendimento de que trata a Portaria SCGE nº 01, de 05 de janeiro de 2021,</p>	

PORTARIA NÚMERO 003/2022	04/02/2022	Estabelece procedimentos e orientações para o exercício das atividades desenvolvidas pelas Ouvidorias integrantes da Rede de Ouvidorias do Poder Executivo Estadual de que se trata o artigo 12 da Lei 16420, de 17 de setembro de 2018.	
Lei I Nº 17.687, de 4 de março 2022.	04/03/2022	Dispõe sobre a divulgação de informações individualizadas relativas a viagens aéreas custeadas por órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Pernambuco.	
Lei Estadual 13.314	15\10\2007	Dispõe sobre o Assédio Moral no âmbito da Administração Direto e indireta e Fundações Públicas	
Decreto Nº 30.948	26/10/2007	Regulamenta a Lei 13.314 de 15 de outubro de 2007, que dispõe sobre o Assédio Moral no âmbito da Administração Direto e indireta e Fundações Públicas.	
Decreto Governamental Nº 50.306	19\02 \2021	Regulamentam dispositivos da Lei nº 12.837 de 17 de junho, que dispõe sobre a divulgação de informações sobre a execução de obras públicas de construção, reforma e ampliação de prédios e espaços públicos;	
Lei nº 17.078	8/10/2020	Define normas de transparência na gestão de recursos públicos, no âmbito do Estado de Pernambuco.	
Decreto Estadual nº 47.087	01/02/2019	Devem apoiar a autoridade de monitoramento nas ações necessárias para a atualização das Páginas de Acesso à Informação dos seus respectivos órgãos e entidades.	
Resolução TC Nº 159	15/10/2021	Dispõe sobre a criação e regulamentação de Ouvidorias no âmbito dos Municípios do Estado de Pernambuco.	
Portaria da Secretaria da Controladoria Geral do Estado de Pernambuco\SCGE, nº 27	22/06/ 2022	Consideram as disposições do Decreto nº 38.787 de 30/10/2012	
Lei 12.387	17/06/2003	Dispõe sobre normas à divulgação de informações sobre a execução de obras públicas de construção, reforma e ampliação de prédios públicos no âmbito da administração estadual.	

Informa-se que na página institucional da UPE\Ouvidoria, encontra-se um link direcionado a Ouvidoria Geral do Estado para as consultas e consultas das legislações.

Maria do Rosário Lapenda

Ouvidor a Central e Monitoramento da Lei de Acesso à Informação\LAI Abril 30 /2023.

Protocolos não respondidos de Pedidos de Acesso à Informação\PAI

Número Protocolo: 202320961

20961/2023	Acesso à Informação	Alta	Ata Expositiva Reunião		Aberto - Já Encaminhado e Não Respondido	10/03/2023	
	26557/2023	Acesso à Informação	Alta	Pós Graduação		Aberto - Já Encaminhado e Não Respondido	27/03/2023

"Em relação ao programa da Pós graduação de Engenharia da computação (PPGEC) da Escola Politecnica da UPE

Solicito cópia das atas das reuniões ordinárias e extraordinárias do colegiado de professores do mestrado e doutorado em sua transcrição completa e a lista de presença dos membros.

Número Protocolo: 202326557

Entre Janeiro de 2019 até dezembro de 2022

PAI- Pedido de Acesso à Informação recebido pela OGE:

"Em relação ao programa de pós graduação em engenharia da computação (PPGEC) da Escola Politécnica (Poli), solicito:

Ultimas três prestações de contas financeiras